



Pág. 02

Jornada de Lutas 2022

Vida, saúde, escola pública, condições de trabalho e valorização profissional.



appsindicato.org.br



APP-Sindicato



@appsindicato



@appsindicato



appsindicatotv

Jornal

30 de Agosto



Ano XXXII - Nº 216

Jornal da APP-Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Paraná



MARÇO DE 2022

75
ANOS

DE LUTA
PELA
ESCOLA
PÚBLICA

APP
SINDICATO
DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ
Em defesa da escola pública
CUT CN E

**QUEM LUTA TEM
HISTÓRIA PARA CONTAR**

Pág. 08

Foto: Joka Madruga



Foto: Quem TV

Pág. 04

Dívida da Data-Base

O Estado tem margem fiscal e financeira para aplicar os reajustes previstos na legislação.



Pág. 05

O Piso é Lei!

Tire suas dúvidas sobre a Lei do Piso no estado e municípios.

Jornada de Lutas 2022

Vida, saúde, escola pública, condições de trabalho e valorização profissional

Em Assembleia Estadual realizada no dia 5 de fevereiro, os(as) trabalhadores(as) da educação debateram e definiram a pauta de lutas prioritárias para 2022. A Jornada de Lutas inclui caravanas em todo o estado para mobilizar e dialogar com a categoria, campanha salarial, defesa das carreiras e de concursos públicos, da vacinação e segurança sanitária nas escolas e lutas contra o processo de mercantilização, terceirização e privatização da educação pública.



Foto: APP-Sindicato

EM DEFESA:

- Da educação e dos serviços públicos;
- Da vida e da vacinação das crianças em idade escolar;
- Da implantação do Piso Salarial Nacional para os(as) professores(as) das redes estadual e municipais, no início de carreira com Magistério, e aplicação dos mesmos percentuais em toda a tabela salarial;
- Da manutenção das carreiras com o pagamento da Data-Base, das promoções e progressões em atraso, dos quinquênios, anuênios, entre outros direitos;
- Do Concurso Público para professores(as) e funcionários(as) de escola;

- Da revogação da Lei Estadual das terceirizações dos(as) funcionários(as) de escola (Lei 20199/20);
- Da revogação do contrato com a Unicesumar e das lutas contra as formas de privatização do ensino técnico;
- Da revogação da Lei 13415/2017 (Novo Ensino Médio);
- Da saúde do(a) trabalhador(a) em educação com atendimento de qualidade e contra os assédios e políticas que provocam o adoecimento;
- Da APP-Sindicato contra as práticas antissindiais promovidas pelos governos federal, estadual e municipais, como as mudanças nos consignados e outras práticas.

CONFIRA A PAUTA COMPLETA DE MOBILIZAÇÕES NO NOSSO SITE.



EDITORIAL

Ano eleitoral é oportunidade de retomar agenda de conquistas

O ano eleitoral representa uma possibilidade de encerrar o ciclo de retrocessos no estado e no país. Seus resultados definirão o futuro da categoria e da escola pública. Será um período de avanços ou mais quatro anos de dura resistência? O caráter duplo de oportunidade e ameaça exige coragem e unidade para analisar as candidaturas disponíveis e assumir posição.

Muitos(as) julgam que a política se limita ao que acontece nos gabinetes, palácios e partidos. Mas a política tem consequências reais nas nossas vidas. Acharar salários, isentar impostos dos(as) ricos(as), saquear aposentados(as), sucatear a escola pública ou negar a eficácia de vacinas são projetos políticos. São escolhas de governantes que dependem da nossa opção nas urnas.

Nesse sentido, Ratinho Jr. (PSD), Bolsonaro (PL) e seus(uas) aliados(as) na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional possuem projetos políticos muito semelhantes, marcados pelo desrespeito à vida e à ciência, empobrecimento dos(as) trabalhadores(as), desprezo pelos serviços públicos, privatizações, congelamento salarial e autoritarismo.

Historicamente, a negação da política tem custado caro à classe trabalhadora. Nós, educadores(as), temos responsabilidade pelos(as) que nos governam e desgovernam. Está na hora de confrontar nossas convicções. A quem confiamos nossos votos? Até quando elegeremos políticos(as) que trabalham para acabar com a nossa classe? A mudança pode começar em outubro.

EXPEDIENTE

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filial à CUT e à CNTE. Av. Iguaçu, 880, Rebouças, Curitiba / PR - CEP 80.230-020 - Tel.: (41) 2170-2500.

Presidente: Walkiria Olegário Mazeto | **Secretário de Comunicação:** Daniel Nascimento Matoso | **Secretária Executiva de Comunicação:** Cláudia Gruber | **Jornalistas:** Fabiane Burmester (4305-PR), João Paulo Nunes Vieira (11792-PR), Luis Lomba (99.667/92 - RJ), Luiz Damasceno (MTb 14325) e Uanilla Pivetta (8071-PR) | **Diagramação:** Rodrigo Romani | **Edição de vídeos:** Luan Pablo Romero de Souza. **Impressão:** WL Impressões | **Tiragem:** 63.000 exemplares.

Gestão APP Unida e Forte – Em Defesa da Escola Pública (2021-2025): Walkiria Olegário Mazeto [Presidenta], Celso José dos Santos [Secretário Geral], Elío da Silva [Secretário de Finanças], Simone Regina Cheechi [Secretária de Administração e Patrimônio], Sidineiva Gonçalves de Lima [Secretária de Organização], Maria Adelaide Mazza Correia [Secretária de Aposentados(as)], Márcia Aparecida de Oliveira Neves [Secretária de Assuntos Municipais], Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves [Secretário Executivo de Assuntos Municipais], Vanda do Pilar Santos Bandeira Santana [Secretária Educacional], Nádia Aparecida Brixner [Secretária Executiva Educacional], Silvana Prestes Rodacoswiski [Secretária de Formação Política Sindical e Cultural], Cleiton Costa Denez [Secretário Executivo de Formação Política Sindical e Cultural], Daniel Nascimento Matoso [Secretário de Comunicação], Cláudia Gruber [Secretária Executiva de Comunicação], Ralph Charles Wendpap [Secretário de Sindicalizados(as)], Marlei Fernandes de Carvalho [Secretária de Assuntos Jurídicos], Tais Adams Granowski [Secretária de Política Sindical], Jussara Aparecida Ribeiro [Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos], Elizabete Eva Almeida Dantas [Secretária de Funcionários(as)], Margleyse Adriana dos Santos [Secretária da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTI+], Clau Lopes [Secretário Executivo da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTI+], Celina do Carmo da Silva Wotcoski [Secretária de Promoção de Igualdade Racial e Combate ao Racismo], Tereza de Pátima dos Santos Rodrigues Lemos [Secretária de Saúde e Previdência] e Nilton Aparecido Stein [Secretário Executivo de Saúde e Previdência].

appsindicato.org.br

APP-Sindicato

@appsindicato

@appsindicato

appsindicatoTV

A luta em defesa da vida, da ciência e das vacinas continua

Enquanto a terceira onda da Covid-19 volta a matar mais de mil brasileiros(as) por dia, o governo Ratinho Jr. avança na flexibilização de protocolos. Escolas iniciaram o ano letivo com salas lotadas, sem distanciamento obrigatório e sem a necessidade da medição de temperatura. Velhos problemas somam-se aos novos: fiscalização e controle inadequados de protocolos, falta de testagem e a proliferação de fakenews e desinformação quanto à eficácia da vacinação.

Para agravar o quadro, deputados(as) aliados(as) do governo Ratinho dobram a aposta no negacionismo e na morte, propondo a proibição da exigência do comprovante de vacinação em estabelecimentos públicos e privados. A APP-Sindicato defende desde o início do ano o que deveria ser óbvio: a exigência de comprovante de imunização para alunos(as) já contemplados(as) pelo calendário vacinal.

O Ministério Público do Paraná (MP/PR) e o Ministério Público Federal (MPF) emitiram uma orientação conjunta, enviada à Seed, que reitera a preocupação do Sindicato. O documento pede que o Estado exija o comprovante a pais, mães e responsáveis, acionando o Conselho Tutelar em caso de não apresentação. O MP/PR e o MPF advertem, ainda, que o não cumprimento das recomendações levará à tomada de medidas judiciais cabíveis.

SAÚDE DO(A) TRABALHADOR(A) É PRIORIDADE

A pandemia demonstrou a importância de um sistema de saúde robusto e que atenda a população de forma rápida e segura. Infelizmente, o Sistema de Assistência à Saúde (SAS), que atende exclusivamente os(as) servidores(as) do Estado demonstra inúmeras falhas. Problemas com o agendamento de consultas eletivas, tratamento desumano e demora em consultas são generalizados. A APP luta por um sistema digno e efetivo de atendimento à saúde física e mental dos(as) trabalhadores(as).



Fique atento(a)!

A APP conseguiu, em mediação com a Secretaria da Educação, que educadores(as) que testaram positivo para Covid-19 não fossem punidos(as) na distribuição de aulas com perda de aulas extraordinárias ou PSS. Já a Orientação 004/2022 estabelece prazos de afastamento de educadores(as) e estudantes e aponta critérios de fechamento de turmas, turnos e escolas para evitar o descontrole de Covid-19.

Confira os principais pontos:

- **Turmas devem ser suspensas se ocorrerem três casos de Covid-19 entre estudantes.**
- **Se 50% das turmas tiverem três ou mais casos, o turno deve ser suspenso.**
- **Com 50% das turmas de mais de um turno com três ou mais casos, a escola deve suspender as atividades.**
- **As escolas devem garantir a oferta de aulas a todos(as) os(as) estudantes afastados(as) de forma remota.**

QR-Code para ler a resolução completa:



Vacina salva vidas!

- ➡ Vacinados(as) têm **22x menos** chance de morrer pela doença¹.
- ➡ **80%** dos(as) pacientes internados(as) não se vacinaram ou não completaram o ciclo².
- ➡ Em relação ao começo de 2022, o total de internações por Covid-19 **triplicou** em fevereiro no Paraná. O de UTIs ocupadas **quadruplicou**³.
- ➡ **686%** é a escalada de casos de crianças com até 11 anos hospitalizadas por Covid-19 entre dezembro de 2021 e o final de janeiro de 2022.
- ➡ Mais de **1.500** crianças faleceram em decorrência da Covid-19 no país⁵.

A luta que nos une: dívida da Data-Base chega a 34%



Foto: Quem TV

O Estado tem margem fiscal e financeira para aplicar os reajustes previstos na legislação.

O absurdo “reajuste” de 3% aprovado pelo governo Ratinho Jr. em dezembro, sob protestos da APP-Sindicato e do conjunto do funcionalismo, não é o fim da perspectiva de um reajuste digno para todos(as). Isso porque a dívida do Estado com o pagamento da Data-Base poderá chegar a 33,97% em abril. E nós vamos cobrar.

A defasagem corresponde à inflação acumulada e sem reposição desde janeiro de 2016. São seis anos que representam a perda de 1/3 do poder de compra, graças à política neoliberal de destruição dos serviços públicos de Richa (PSDB) e Ratinho (PSD). **O Estado tem margem fiscal e financeira para aplicar os reajustes previstos na legislação, mas opta por atacar servidores(as) enquanto presenteia grandes empresas com isenções fiscais bilionárias.**

A Data-Base é a luta que unifica os(as) profissionais da educação, pois beneficia indistintamente funcionários(as) e professores(as), da ativa e aposentados(as).

O ano eleitoral é uma oportunidade de mudar para avançar, mas não pode ser encarado como uma tábua de salvação. A luta é aqui e agora. Junto ao Fórum de Entidades Sindicais (FES), a APP se soma às mobilizações pela Data-Base em todo o

estado e convoca a categoria a cobrar o governador nas redes sociais e nas ruas, especialmente em agendas públicas de cunho eleitoreiro.

CONFIRA O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DA DATA-BASE DEFINIDO PELAS LEIS 18.493/2015 E 15.512/2017, COM A EVOLUÇÃO DOS REAJUSTES APLICADOS E DEVIDOS:

Período	Devido	Pago	Dívida acumulada
jan/16	10,67	10,67	0,00
jan/17	6,29	0,00	6,29
jan/17	1,00	0,00	7,35
mai/17	1,10	0,00	8,53
mai/18	2,76	0,00	11,53
mai/19	4,94	0,00	17,04
jan/20	0,00	2,00	14,74
mai/20	2,40	0,00	17,50
mai/21	6,76	0,00	25,44
jan/22	0,00	3,00	21,79
mai/22	10,00	0,00	33,97

Ratinho achata a carreira e faz propaganda com falso reajuste

Quando a APP chama para a luta, não é por capricho ou acaso. É porque os direitos da categoria estão em risco. Em dezembro, o governo fez alarde para anunciar um “aumento de 48%”. A APP denunciou imediatamente as mentiras do projeto (LC 242) e convocou uma greve de três dias. O tempo mostrou quem lutou do lado certo.

Apesar da exaustão do final de ano, da pressão nas escolas e do tempo curto para organizar a luta, resistimos. A mobilização impediu a redução do auxílio-noturno para a partir das 22h e a completa destruição da carreira do Magistério. Mas não foi grande o suficiente para derrotar o projeto, que abandonou funcionários(as) e aposentados(as), achatou a tabela e deixou 70% dos(as) professores(as) com 3% de reajuste.

Não há outra saída. Para defender a carreira, recuperar direitos roubados e assegurar reajuste para todos(as), é necessário enfrentar a estratégia de divisionismo do governo, somar forças e ir à luta, atendendo aos chamados do Sindicato. A luta não se terceiriza; a APP somos todos e todas nós. Acompanhe nossas redes, engaje-se nas campanhas e mobilize-se!

VOCÊ

SABIA?

Não é aumento, é justiça!

A APP-Sindicato tem ações referentes à Data-Base para professores(as), funcionários(as) e aposentados(as). Não é necessário ingressar com terceiros. Todas as ações aguardam julgamento de recurso do Estado e, nesta fase, não é preciso recolher documentos. Qualquer novidade será imediatamente informada.

O Piso Nacional não é um presente de governantes; é Lei e precisa ser respeitado

A Lei do Piso foi criada em 2008, coroando uma luta histórica da categoria e suas entidades representativas como a APP

Todos os anos, a APP e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) travam uma árdua batalha para que municípios e estados respeitem a Lei e paguem o devido valor do Piso. Mas o tema ainda desperta inúmeras dúvidas e incertezas. Entenda, com perguntas e respostas, o que é a Lei do Piso Nacional do Magistério (nº 11.738/2008) e o que a APP defende.

1 O GOVERNO BOLSONARO CONCEDEU REAJUSTE DE 33,23%?

NÃO. O MEC apenas cumpriu a Lei do Piso. Após trabalhar contra, o governo recuou e reconheceu o índice de cálculo previsto na legislação, chegando ao percentual defendido pela CNTE e sindicatos desde dezembro: 33,23%. A Lei do Piso foi criada em 2008, coroando uma luta histórica da categoria e suas entidades representativas como a APP. **Vale lembrar: em 2021 não houve reajuste porque Bolsonaro zerou o percentual, descumprindo a Lei.**

2 O GOVERNO RATINHO JR. CUMPRE A LEI DO PISO?

NÃO. Apesar da propaganda, o governo Ratinho Jr. não paga o Piso conforme a Lei, que prevê sua aplicação na “formação em Nível Médio, na modalidade Normal”, equivalente ao Nível Especial I da tabela salarial do Paraná. O governo argumenta que paga o Piso no nível de ingresso da carreira (Licenciatura Plena), mas a interpretação não corresponde à letra da Lei.

3 POR QUE O REAJUSTE DE 33,23% NÃO É PARA TODOS(AS), INCLUINDO APOSENTADOS(AS)?

O Piso é destinado a valorizar o salário mínimo da profissão e não há, na Lei federal,

mecanismos que garantam a repercussão em toda a carreira. Mas, devido aos percentuais entre níveis e classes no Paraná, a correta aplicação da Lei do Piso deveria refletir em reajuste para todos(as), incluindo aposentados(as).

4 O QUE A APP DEFENDE?

A APP defende a aplicação do Piso conforme a Lei: no Nível Especial I (Magistério), hoje fixado em R\$ 1.366,16 (20h), quando deveria ser de R\$ 1.922,80.

Devido aos percentuais de progressão da carreira, a correta aplicação do Piso no Nível Especial I garantiria a repercussão do reajuste em todos os níveis e classes, incluindo aposentados(as).

A APP defende a manutenção da atual fórmula de cálculo para a correção do Piso, baseada na variação do valor/aluno conforme os parâmetros da Lei.

E OS(AS) FUNCIONÁRIOS(AS) DE ESCOLA?

Ao lado da CNTE, a APP também defende a criação do Piso Nacional dos(as) Profissionais da Educação, uma Lei para assegurar a valorização salarial dos(as) funcionários(as) de escola, e não apenas do Magistério. A luta é parte fundamental do reconhecimento dos(as) agentes como educadores(as) essenciais ao bom funcionamento das escolas e ao processo de ensino-aprendizagem.



Municípios também devem fazer valer a Lei

Instigados por orientações equivocadas e sem base legal da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), muitos(as) prefeitos(as) têm apelado a argumentos falaciosos para burlar a Lei e evitar o pagamento do Piso Nacional nas redes municipais. **A APP salienta que os municípios devem cumprir integralmente a Lei, com o pagamento do Piso e seus eventuais reflexos em toda a tabela salarial.**

Nenhuma prefeitura irá “quebrar” se aplicar o reajuste, pois o cálculo do Piso é realizado a partir do valor por aluno(a) repassado aos municípios. Ainda que falem recursos, as prefeituras podem pleitear complementação da União para cumprir a Lei. A APP estadual tem acompanhado dirigentes e organizado as categorias municipais em todo o Paraná, obtendo vitórias fundamentais em diversos municípios.

Defender o Piso Nacional é defender a correção de uma injustiça histórica: o rebaixamento dos salários de uma categoria majoritariamente feminina, que trabalha mais e recebe menos do que profissionais de outras áreas com formação equivalente. É, também, uma forma de assegurar a devida valorização e reconhecimento social a quem constrói, dia após dia, o futuro do país. Esta deve ser uma luta de todos(as)!

APP e CNTE lutam pela revogação do Novo Ensino Médio

Apesar da luta contra a sua implantação, o Novo Ensino Médio (NEM) chegou às escolas públicas de todo o Brasil. O modelo, pensado por e para grandes conglomerados empresariais, é excludente, desorganiza a rotina das escolas e impõe uma padronização curricular mercadológica, que limita a autonomia escolar e não dialoga com as múltiplas realidades das comunidades locais.

A organização curricular a partir da BNCC, de viés puramente utilitarista, não contempla uma discussão mais profunda dos conhecimentos científicos. Estudantes terão acesso, quando muito, ao estritamente necessário para se adequarem ao mercado de trabalho, que

está cada vez mais precarizado e uberizado, o que os(as) obriga a tornarem-se empreendedores(as) de si mesmos(as).

Junto à CNTE, a APP defende a revogação da Lei 13.415/2017, que trata da implantação do Novo Ensino Médio, e a realização de audiências públicas para debater o tema com a sociedade, denunciar os problemas e repensar o modelo. O Sindicato também se posicionou contra o Novo Ensino Médio no Conselho Estadual de Educação. Defendemos que o Novo Ensino Médio deve ser repensado e construído de forma coletiva, com respeito à realidade e às especificidades dos(as) educandos(as).

Não à Militarização!

O governo iniciou uma nova ofensiva para militarizar escolas do Paraná, convocando comunidades para consultas em prazos exíguos, que inviabilizam o debate. Apesar da estratégia autoritária, algumas escolas rejeitaram a implantação do modelo, demonstrando que resistir é possível.

Mobilizações das comunidades escolares com apoio da APP denunciam a fraude educacional da proposta, que não ataca os verdadeiros problemas da rede. O Sindicato reforça a posição contrária ao modelo, pautado pela cultura do medo e pelo desrespeito à gestão democrática e aos(as) profissionais da educação.

Terceirização para a Unicesumar ameaça educação pública

Outra face nefasta do NEM é a passagem livre para “parcerias” privadas, que mascaram processos de terceirização e privatização. Um exemplo é a contratação da Unicesumar pelo Estado para ministrar as aulas de 1º ano dos cursos técnicos de Administração, Agronegócio e Desenvolvimento de Sistemas.

A empresa substitui professores(as) qualificados(as) da rede por monitores(as) com formação de Nível Médio e troca aulas presenciais por

aulas remotas, com um(a) professor(a) para cada 700 estudantes. Uma aberração pedagógica que, para além de prejudicar o aprendizado e ameaçar empregos, custa caro: R\$ 38,4 milhões.

Para piorar, a empresa não conseguiu contratar monitores(as) a tempo do início do ano letivo, deixando milhares de estudantes sem aulas. A APP defende a revogação do contrato e acionou o Ministério Público, que acolheu a denúncia e abriu um processo para investigar o contrato.

Defesa da EJA

As medidas implantadas pelo Governo Ratinho Jr. na Educação de Jovens e Adultos (EJA) dificultam o acesso a essa modalidade de ensino e a superação da vergonhosa taxa de analfabetismo do Estado. Dados do IBGE de 2019 mostram que o Paraná concentra mais da metade dos(as) analfabetos(as) da região Sul, embora tenha cerca de um terço da população regional. A APP defende a valorização da EJA, com garantia de matrícula aos(as) estudantes, abertura de novas turmas e aulas 100% presenciais.



Por uma educação humanizadora!

Ratinho e Feder conduzem um projeto de educação para a desigualdade, articulando tutela e vigilância, militarização, recompensa por metas, ofensiva empresarial, sucateamento da carreira, retirada de direitos, terceirização, controle curricular e formação deficitária. Na Edição Pedagógica deste ano, analisamos este projeto em detalhes e apontamos para a necessidade de lutar por uma educação humanizadora. Acesse o QR-Code para ler e guardar!

QR-Code



O que a APP está fazendo?

Vitória judicial beneficiará mais de 20 mil PSS

Uma vitória judicial da APP beneficiará mais de 20 mil professores(as) PSS que foram contratados(as) com salários reduzidos pelos editais 72/2017 e 34/2018. Os processos seletivos previam vencimentos menores do que o estabelecido em editais anteriores, pagando R\$13,63 a hora para Nível Superior, em contraste com os R\$ 15,73 previstos em 2017. Graças à ação da APP, o Estado precisará ressarcir a diferença. Todas as informações sobre a ação estão no site.

Pelo fim das terceirizações

A terceirização do trabalho dos(as) funcionários(as) de escola deu errado e tem que acabar. O Estado loteou o Paraná para beneficiar empresas que cobram mais caro por um serviço de menor qualidade, prestado por trabalhadores(as) que sequer recebem salários em dia. A APP defende a volta do cargo de Agente I e a realização imediata de concursos públicos. A questão segue judicializada e qualquer novidade será imediatamente comunicada à categoria.

Pressão faz governo recuar no corte de Agentes II

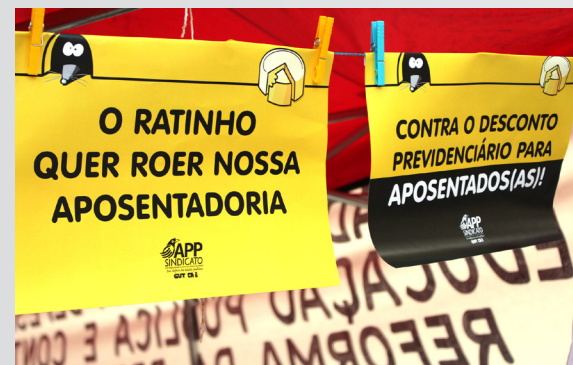
Após pressão da categoria e da APP, o governo recuou na intenção de alterar o porte de escolas e reduzir o quadro de Agentes II neste ano. O corte abrupto de funcionários(as) impediria o funcionamento mínimo das escolas e revoltou diretores(as) da rede. A reação foi rápida e certa.

Quinquênios e anuênios

Congelado pela Lei Federal (173/2020) até 31 de dezembro de 2021, o pagamento dos quinquênios e anuênios tem sido uma luta permanente da APP. Entendemos que o tempo de congelamento deve ser considerado para a contagem da aquisição. Em acórdão, o Tribunal de Contas do Paraná reconheceu isso, mas o governo Ratinho ainda questiona o tempo de contagem. A APP trabalha para que o Estado pague o que é devido.

Aposentadoria digna

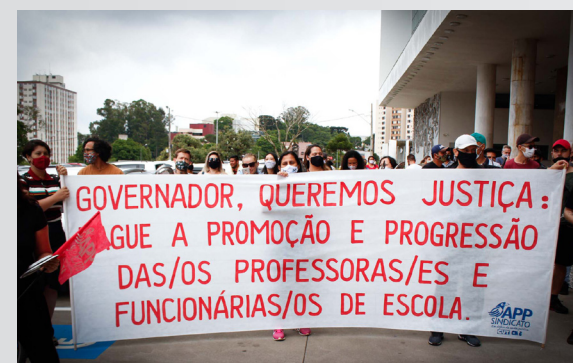
Além das lutas coletivas que envolvem os(as) aposentados(as), como a Data-Base e a defesa da saúde, a APP trabalha para fazer justiça aos(as) professores(as) e funcionários(as) que dedicaram a vida à educação. Nesse sentido, a revogação do brutal desconto da Previdência é uma pauta prioritária, assim como o pagamento de precatórios e o respeito à paridade salarial.



Fotos: APP-Sindicato

Promoções e progressões de 2021

A APP cobra, constantemente, o pagamento das promoções e progressões dos(as) educadores(as) de 2021. Desde a mudança da legislação, em dezembro, o pagamento não ocorre mais de forma automática. A implementação depende de decreto do governador. Até o fechamento desta edição não havia programação para o pagamento, mas a APP continua pressionando por agilidade.



Concurso público para todos(as)

No dia 16 de fevereiro, o governo publicou no Diário Oficial uma autorização para a realização de concurso público para 500 professores(as) QPMs. O número de vagas é muito inferior à necessidade da rede, que também sofre com a falta de Agentes I e II em todas as regiões. O último concurso para QPMs ocorreu em 2013, com 10 mil vagas e 100 mil inscritos(as). A APP defende a imediata realização de concursos públicos para todos(as) os cargos da rede estadual.

Não caia em golpes

Muitos(as) golpistas têm tentado se passar por advogados(as) da APP-Sindicato para extorquir dinheiro da categoria. A APP jamais entrará em contato com você solicitando transferências de valores por pix ou qualquer outro método de pagamento. Se você for contatado(a) por qualquer pessoa alegando representar o Sindicato e solicitando valores, não faça a transferência. Na dúvida, ligue: (41) 2170-2500.

Jornada de trabalho e convocação aos sábados

Nenhum(a) trabalhador(a) pode ser submetido(a) a jornadas superiores do que as estabelecidas no contrato. Trabalho ao sábado deve ser computado como horas trabalhadas

na carga semanal e o total não pode exceder o contrato. Não podemos aceitar o "jeitinho" que o governo tenta impor às escolas. Caso necessário, contate o Sindicato.

QUEM LUTA TEM HISTÓRIA PARA CONTAR



No dia 26 de abril, a APP completa 75 anos de uma história escrita a muitas mãos, repleta de lições, aprendizados, lutas e sonhos. Nesta longa jornada, nada caiu do céu. Nossos direitos e conquistas nascem de grandes mobilizações da categoria, com organização e consciência de classe.

Estamos preparando uma série de materiais para comemorar este marco histórico e convidamos você, educador(a), a celebrar conosco e a valorizar a memória do nosso maior instrumento de lutas e avanços coletivos. Refletir sobre o passado inspira as lutas do presente e nos prepara para enfrentar os desafios do futuro.

Defender a APP é defender a escola pública e os direitos dos(as) educadores(as) da ativa e aposentados(as). O Sindicato é a voz da categoria e existe por e com cada sindicalizado(a). Sem a base engajada, todos(as) perdemos. Juntos(as), unidos(as) e fortes, vencemos. A APP somos todos e todas nós!

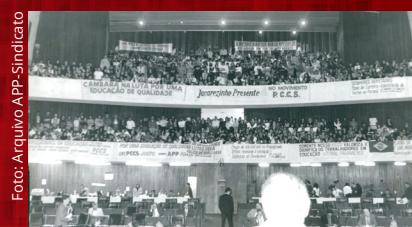
A APP DEFENDE VOCÊ

PLANO DE CARREIRA? **APP.**
DATA-BASE? **APP.** ELEIÇÃO DE
DIRETORES(AS)? **APP.** PISO NACIONAL? **APP.**
CONCURSOS PÚBLICOS? **APP.** PRORROGAÇÃO
DE PSS? **APP.** HORA-ATIVIDADE? **APP.**
QUINQUÊNIOS? **APP.** PROGRESSÕES E
PROMOÇÕES? **APP.** VITÓRIAS JUDICIAIS? **APP.**
LUTA PELOS SEUS DIREITOS? **APP.**

DEFENDA A APP!



Marcha pelo Plano de Carreira dos(as) Funcionários(as) de Escola, em 2005. O plano foi sancionado três anos depois, em 2008, no governo Requião.



Mobilização do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), em 1998. A conquista foi consagrada seis anos depois, em 2004, no governo Requião.



30 de agosto de 1988. De um lado, centenas de policiais, cavalos, cães e bombas a mando de Álvaro Dias. Do outro, milhares de educadores(as) em greve por direitos, salário digno e melhores condições de trabalho.



29 de abril de 2015. A história se repete, dessa vez pelas mãos de Beto Richa.